

Brasil e Índia na Reforma do Conselho de Segurança da ONU: o posicionamento dos membros permanentes e os apoios regionais

Brazil and India in the UN Security Council Reform: permanent members' positions and regional support

Bruna Kunrath*

André Luiz Reis da Silva**

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o debate internacional acerca da reforma do Conselho de Segurança da ONU, tendo como foco a inserção internacional de Brasil e Índia nesse contexto. Como dois grandes países em desenvolvimento, estes dois Estados vêm adquirindo uma posição de destaque no âmbito do sistema internacional. A partir disso, Brasil e Índia passaram a ter como uma de suas diretrizes de política externa a obtenção de uma vaga permanente em um CSNU reformado. No entanto existem forças opositoras: de um lado, os EUA colocam obstáculos a uma ampla reforma do CSNU, tendo apoiado a entrada da Índia, mas não a do Brasil; de outro lado, Brasil e Índia sofrem fortes oposições regionais, principalmente de Argentina e Paquistão respectivamente. O artigo está dividido em três partes: na primeira, expõe-se as principais propostas para reforma do CSNU; na segunda parte, explora-se a posição do P-5 a respeito das candidaturas de Brasil e Índia à vaga permanente; por fim, analisa-se se Brasil e Índia têm obtido adesão dos países de seu entorno regional às suas campanhas ao assento permanente. Busca-se, com isso, concluir o quão distantes ou próximos estão Brasil e Índia de entrar no CSNU como membros permanentes.

Palavras-chave: Conselho de Segurança; Brasil; Índia; reforma; política externa.

Abstract

This article aims to analyze the international debate about the UN Security Council reform, focusing on the international insertion of Brazil and India in this context. As two large countries in development, these two states have acquired a prominent position within the international system. From this, Brazil and India now have as one of their foreign policy guidelines obtaining the permanent seat in the reformed

* Mestre e doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) na UFRGS. Bacharel em Relações Internacionais na UFRGS. Email: brunakunrath@hotmail.com.

** Doutor em Ciência Política. Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies/University of London. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Email: reisdasilva@hotmail.com.

UNSC. However there are opposing forces: on one hand, the USA pose obstacles to a comprehensive reform and supported Indian campaign, but not the Brazilian one.; on the other hand, Brazil and India face strong regional opposition, mainly from Argentina and Pakistan respectively. The article is divided into three parts: first, it is exposed the main proposals for UNSC reform; second, it explores the P-5 position about the applications from Brazil and India to the permanent seat; finally, it analyzes wheter Brazil and India have achieved membership of the countries of their region to their campaigning to the permanent seat. The aim is, therefore, to conclude how far or near are Brazil and India entering in the UNSC as permanent members.

Keywords: Security Council, Brazil, India, reform, foreign policy

1 Introdução

Com o fim da Guerra Fria, o debate sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi ampliado e entrou na agenda internacional. Embora a estrutura do CSNU tenha sido objeto de críticas desde sua formação, nos anos de 1940, nas últimas décadas do século XX foi sendo ressaltada a ideia de que o Conselho de Segurança havia ficado anacrônico, pois representava uma ordem que não mais existia. De fato, a erosão da bipolaridade, a emergência da multipolaridade, a natureza dos novos conflitos pós-Guerra Fria, o fortalecimento do regionalismo e o processo de ascensão das potências médias e regionais apontavam para a obsolescência do órgão.

Tais mudanças observadas estão diretamente conectadas à campanha que alguns países iniciaram pela reforma da estrutura do CSNU. Nos anos 2000, o G-4 surgiu como a união de Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que defenderiam suas entradas conjuntas como membros permanentes do CSNU. Dentre os quais, destacam-se os dois primeiros, grandes países em desenvolvimento, que possuem vulnerabilidades semelhantes, como as desigualdades socioeconômicas, assim como potencialidades semelhantes a partir do regime democrático e da robustez de suas economias. Índia e Brasil, não se adequando entre as grandes potências, nem entre os países menores, são reconhecidos como países influentes, mas ao mesmo tempo constrangidos por um sistema conduzido pelas grandes potências.

Apesar do destravamento do funcionamento do CSNU com o fim da Guerra Fria, as críticas em relação ao seu funcionamento aumentaram. Tais críticas se concentraram na discricionariedade que o P-5 tem para impor a coerção sem ter de justificá-la, o que abre margem para ações que defendem seus próprios interesses, e não o bem de toda a comunidade internacional. Outra crítica gira em torno da falta de transparência nas deliberações. Geralmente o P-5 realiza reuniões e consultas fechadas e chega à reunião formal com os membros não permanentes já com as decisões encaminhadas (FONSECA JR, 2002:9 apud BRIGIDO, 2010:48)

Para evitar que o principal órgão das Nações Unidas perdesse legitimidade, a ideia que vem-se consolidando é a de que deveria haver uma reforma institucional. No entanto os blocos de pressão que se configuraram em torno da questão da reforma não têm encontrado um

denominador comum em suas propostas, o que ocasionou a imobilização de avanços concretos. Além do G-4, a União Africana e o grupo denominado Unidos pelo Consenso (também conhecido como *Coffee Club*) colocaram na mesa suas propostas, as quais entraram em conflito entre si. Além disso, também há o obstáculo dos membros permanentes (P-5), os quais não se mostram inteiramente favoráveis à expansão do CSNU.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as forças que têm-se colocado ao redor do tema da reforma do CSNU, focando nas estratégias de Brasil e Índia para a obtenção da almejada vaga permanente. Busca-se observar quais os constrangimentos que estes dois países têm sofrido no sistema internacional e concluir o quão distantes ou próximos estão Brasil e Índia de obter a vaga permanente. A hipótese primordial é a de que as forças antagônicas que se colocam em torno do tema da reforma do Conselho de Segurança são estratégias de poder: cada grupo busca defender suas próprias proeminências no sistema internacional em vez de consolidarem uma aliança em busca de um Conselho de Segurança mais efetivo, eficaz e representativo. Como objetivo secundário, examinar-se-á a motivação de os EUA terem concedido apoio formal ao pleito da Índia e, ao mesmo tempo, adotarem uma postura reticente em relação à candidatura brasileira, ainda que não opositora. Coloca-se em relevo a posição dos EUA, não só por representarem a maior potência do CSNU, mas também por ser o único membro permanente que adotou uma posição diferenciada em relação a Brasil e Índia. A hipótese, neste caso, é a de que, para os EUA, a Índia seria um grande aliado para manter seu poder de influência na Ásia. Já na América Latina, os EUA se consideram o país hegemônico, prescindindo de um aliado para manter sua influência no continente.

O artigo está dividido em três partes. Inicialmente, examina-se o surgimento das ideias de reforma do órgão, nos anos 1990, e as propostas de cada grupo de pressão que se consolidou em torno do tema; no segundo ponto, expõe-se a postura do P-5 em relação às candidaturas de Brasil e Índia, utilizando-se primordialmente fontes primárias, com notícias de jornais disponíveis sobre esse tema. Na última sessão, examina-se se Brasil e Índia têm conseguido obter adesão dos países de sua região para suas candidaturas à vaga permanente.

2 As propostas para reformulação do Conselho de Segurança da ONU

A formação original do Conselho de Segurança tinha a configuração de onze membros, cinco permanentes (EUA, Reino Unido, URSS, França e China), com direito a veto, e seis não permanentes: dois da América Latina, um do Oriente Médio, um da *Commonwealth*, um da Europa Ocidental e um da Europa Oriental. Posteriormente, em 1963, foi aprovado pela Assembleia Geral o aumento do número de membros com cadeiras rotativas de seis para dez com a justificativa de que teria ocorrido o aumento do número de Estados-membros na ONU de 51 para 111. Seguindo a equidade geográfica ficaram: cinco afro-asiáticos; dois latino-americanos; um do Leste Europeu; dois da Europa Ocidental e outros Estados¹. (Brigido, 2010:32). Apesar do destravamento do funcionamento do CSNU, com o fim da Guerra Fria e a conseqüente maior

¹ Estes membros são eleitos pela Assembleia Geral, sendo levada em consideração a "contribuição" dos candidatos para a manutenção da paz internacional. O mandato do membro não permanente é de dois anos, não sendo possível a reeleição imediata.

capacidade de ação que obteve, as críticas em relação ao seu funcionamento aumentaram, tendo como objetivo dotá-lo de maior eficácia e legitimidade. Algumas distintas propostas surgiram ao longo deste período. Nesta sessão, serão analisadas tais propostas, buscando-se descobrir quais elementos estão colocando obstáculos à reforma consular.

Em 1992, iniciaram-se formalmente as discussões em torno da reforma no âmbito multilateral com a adoção da resolução 47/62 pela Assembleia Geral, a qual solicitava aos Estados-membros a apresentação de sugestões para uma eventual reformulação da composição do CSNU: “países como África do Sul, Alemanha, Brasil, Índia, Japão e Nigéria foram extremamente atuantes desde o início das discussões sobre uma possível reforma” (Alves, 2008). Já em 1993, criou-se o *Open-Ended Working Group* (OEWG), para lidar com a questão da reforma do CSNU.

Em 1997, o embaixador da Malásia, Razali Ismail, lançou uma nova proposta de reforma ao OEWG, aumentando as expectativas sobre o sucesso de se chegar à reforma do CSNU. A denominada Proposta Razali foi instrumentalizada, em 1998, expondo o plano de uma reforma em três etapas, com a adição de cinco novos assentos permanentes, sem direito a veto, e quatro assentos não permanentes. Apesar de ter sido bem recebida, a Proposta Razali não foi levada à votação. Curiosamente, o principal obstáculo não partiu dos países do P-5, mas de um grupo de países que se uniu em um bloco dos que eram contrários à criação de novas vagas permanentes, bem como da Organização da Unidade Africana, que não aceitaria a ausência do poder de veto para os novos membros (ALVES, 2008, p. 70).

A partir desse quadro, já pode-se perceber as forças que se colocavam em torno da questão da reforma e quais eram suas principais propostas. Os países que se opõem à expansão do número de assentos permanentes consolidariam o grupo de pressão denominado Unidos pelo Consenso, ou *Coffee Club*, ao qual adeririam países como México, Argentina, Paquistão e Itália, claros opositores às campanhas de Brasil, Índia e Alemanha pela obtenção de uma vaga permanente. Estes, por suas demandas também comuns, se reuniram no denominado G-4, grupo de mútuo apoio pela entrada nos quadros permanentes do CS que, além daqueles três países, também seria composto pelo Japão. De outro lado, a União Africana (UA) também teria sua proposta de reforma, defendendo a inclusão de países africanos na representação permanente do CSNU, embora não exista consenso sobre quais países deveriam obter as novas vagas. A posição dos países do P-5 é de suma importância nesse debate. O principal obstáculo imposto por estes é a posição individual de cada um, sendo que a China, por exemplo, não aceitaria a entrada do Japão, o que a coloca totalmente oposta à proposta do G-4, mesmo sem necessariamente ser contrária à entrada dos outros membros desse grupo.

Nos anos 2000, dois importantes documentos seriam lançados: *A More Secure World: Our Shared Responsibility*, em decorrência do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, de 2004; e o Relatório do Secretário-geral da ONU, Koffi Annan, *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All*, de 2005 (SOARES, 2009, p. 12). O relatório de Annan, levando em conta a representação regional equitativa, apresentou dois modelos: o modelo A previa a inclusão de seis novos membros permanentes e de três novos membros não permanentes; já o modelo B previa a criação de uma nova categoria de membros, com a adição de oito novos cargos com mandatos renováveis de quatro anos e um novo cargo para mandatos de dois anos (Soares de Lima, 2009:282).

Em decorrência deste momento favorável, antigos candidatos à obtenção de uma vaga permanente se reuniram para aumentar seu poder de negociação. Assim, em setembro de 2004, os representantes de Alemanha, Brasil, Índia e Japão lançaram um comunicado, assinalando a importância da reforma da ONU, o que passaria pela revitalização da Assembleia Geral e pela atualização da estrutura do Conselho de Segurança, o qual deveria refletir a realidade contemporânea da comunidade internacional. Para tanto, o CSNU deveria ser expandido tanto na categoria de membros permanentes, como na de membros não permanentes, com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além de defender mutuamente suas candidaturas, os países do G-4 também reservam espaço para a defesa da inclusão da África nos quadros permanentes do CSNU (Comunicado Conjunto de Imprensa do G-4, 2004).

Os países do G-4 se uniram em uma frente que leva em consideração algumas de suas características comuns, como capacidade de atuação regional e global, amplo engajamento na ONU e o sistema político democrático, que seriam credenciais para assumir as responsabilidades de um cargo permanente: “é essencial que o Conselho de Segurança inclua, de forma permanente, países que tenham a vontade e a capacidade de assumir as responsabilidades mais significativas em relação à manutenção da paz e segurança internacionais” (Comunicado Conjunto de Imprensa do G-4, 2004).

Após algumas consultas com todos os grupos regionais, o G-4 lançou, em julho de 2005, sua proposta, prevendo o aumento de 15 para 25 membros no CSNU. Seriam seis novos membros permanentes e quatro novos membros não permanentes. Tal proposta seria alterada após negociações com a UA, adicionando mais um cargo não permanente à proposta original, a ser ocupada por representantes do mundo em desenvolvimento (PATRIOTA, 2007:15).

O G-4, porém, passou a perder um pouco de fôlego com o passar dos anos. Por ser um grupo heterogêneo, composto por dois países desenvolvidos e dois países em desenvolvimento, com posicionamentos regionais distintos, apareceram problemas de coordenação que podem vir a comprometer a efetividade das propostas do grupo. Por um lado, Alemanha e Japão carregam o peso de terem sido os países derrotados na II Guerra Mundial, sofrendo forte oposição em suas candidaturas a uma vaga permanente. A China, por exemplo, possui uma posição intransigente em relação ao Japão. Portanto, apesar do engajamento de Brasil e Índia, suas candidaturas por meio do G-4 podem ficar engessadas em decorrência dos vetos que os demais participantes do grupo possuem. Da mesma forma, o fato de a Índia ter recebido apoio dos EUA à vaga permanente, enquanto em relação ao Brasil os EUA se mantiveram reticentes, demonstra que o G-4 talvez não seja a melhor estratégia para obter apoio.

A tentativa do G-4 de angariar o apoio da UA não foi bem-sucedida, na medida em que esta não abriria mão do poder de veto assim como pragmaticamente o fez o G-4. Este percebeu que a questão do poder de veto dividia as opiniões da comunidade internacional, o que poderia travar ainda mais as negociações. Por esse motivo, o G-4 colocou em sua proposta a protelação da entrada da questão do veto em quinze anos (PATRIOTA, 2007:73). Segundo Alves (2008), “em 11 de julho de 2005, o G-4, copatrocinado por outros 23 Estados, apresentou formalmente um *draft* de resolução à consideração da Assembleia Geral. Foi o ensejo para que outros Estados entrassem em cena”.

A União Africana mantém a mesma posição, desde 1997, ano em que foi aprovada a Declaração de Harare, a qual defendia a concessão de dois assentos permanentes com direito a veto mais dois assentos não permanentes para a África. Em 2005, em resposta à proposta do G-4, a UA lançou o Consenso de Ezulwini, reafirmando a Declaração da Harare, de modo a rejeitar a proposta do G-4: “as propostas que hoje estão na mesa de negociações [são] insatisfatórias vis-à-vis as aspirações legítimas da África” (Alves, 2008:73). A UA, portanto, apresentou a proposta que previa a inclusão de seis novos membros permanentes e dez novos membros não permanentes. Ainda, os novos membros africanos deveriam ser escolhidos pela própria União Africana (AFRICAN UNION, 2005)

Ainda mais opositor à proposta do G-4 é o grupo Unidos pelo Consenso (*Uniting for Consensus* – UfC). O grupo é formado por países que se contrapõem regionalmente ao pleito dos países do G-4 por um assento permanente, mais alguns aliados, tendo como proposta a ampliação consular somente no cargo não permanente. A denominação do grupo diz respeito a uma de suas principais reivindicações, qual seja, a de que a reforma consular seja decidida por consenso de todos os Estados-membros da ONU, e não somente dois terços mais um, como prevê o regulamento da Assembleia Geral. O grupo teve sua origem em uma reunião entre embaixadores de Itália, Paquistão e México, em 1995. Ao longo dos anos, o grupo foi ganhando adesões: Argentina, Colômbia (opositores do Brasil); Coreia do Sul (opositora do Japão); Malta, San Marino (aliados da Itália); Canadá, Costa Rica e Turquia (ALVES, 2008).

No sexagenário das Nações Unidas, em 2005, o UfC lançou sua proposta, a qual sugeriu o aumento do número de membros não permanentes de dez para vinte. Tais membros seriam eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, o que seria sujeito à decisão de seu respectivo grupo geográfico. Como não se chegou a um consenso em relação à reforma, o UfC reviu sua proposta. Em 2009, lançou o modelo que previa a criação de uma nova categoria de assentos, com um mandato ampliado. O mandato duraria de três a cinco anos sem a possibilidade de reeleição. As novas vagas não ficariam restritas a um Estado específico, mas para cada região do globo, cujos países se alternariam no cargo durante o mandato. Nesse sentido, sua proposta se alinha com o Plano B referendado no relatório de Koffi Annan (ALVES, 2008).

O argumento utilizado pelo Unidos pelo Consenso é o de que o G-4, na realidade, intenta legitimar uma política de poder, mascarada pela justificativa de que a reforma seria benéfica a todos os países do globo. Para o *Coffee Club*, os países do G-4 estariam interessados no aumento de seus próprios prestígios ao obterem uma vaga permanente no CSNU, o que geraria um desequilíbrio de poder em suas respectivas regiões em favor deles, prejudicando os países vizinhos (ALVES, 2008:73).

A posição oficial do Paquistão, um dos líderes do UfC, em relação à reforma do CSNU, é a de que a proposta de seu grupo de pressão é a mais democrática e equitativa, por garantir um grande papel às regiões na determinação de seus representantes. Assim, haveria flexibilidade necessária para acomodar os interesses de todos os Estados por meio do mecanismo de rotação e reeleição. No entanto, parece que o real objetivo do Paquistão é impedir o sucesso da candidatura da Índia a membro permanente do CSNU. Esta percepção fica clara pelo fato de, em 2004, ter sido feita declaração oficial paquistanesa que se opunha à aspiração indiana, mas

que apoiaria caso a expansão abrangesse somente Alemanha e Japão: “if we have to choose, we will support Germany and Japan against India” (PAK PLAYS, 2004). O governo paquistanês fez questão de frisar o comportamento da Índia em relação a seus vizinhos e sua contínua violação das resoluções da ONU na região da Caxemira, onde mantém vasto contingente militar. Assim, a entrada da Índia causaria debilidade ao princípio da estabilidade coletiva (PAK SULKS, 2010).

Já em relação à argumentação da diplomacia argentina, no âmbito do UfC, ressalta-se que, historicamente, a Argentina mantém uma posição contrária à existência de assentos permanentes. Segundo o embaixador Mayoral (2005), a Argentina corrobora a ideia de que as vagas permanentes privilegiam alguns Estados em detrimento de outros. Portanto seria justo e democrático que os membros fossem eleitos pelo conjunto de suas regiões ou da Assembleia Geral. O embaixador ainda ressalta que o equilíbrio de poder pode mudar e que os Estados que hoje parecem ser novas potências podem ser ultrapassados no futuro. Assim, com o sistema de eleição de membros não permanentes, o CSNU poderia se adequar constantemente à nova configuração de poder no globo (PIMENTA, 2005).

Em relação ao Brasil, a diplomacia argentina destaca que não se coloca contrária em específico à candidatura brasileira: “a Argentina vai ser maior, mais poderosa, mais rica e mais respeitada se for junto com o Brasil. Argentina e Brasil têm um destino comum e um destino de grandeza. Mas para isso não temos que brigar. Essa discussão não é contra o Brasil” (MAYORAL² Apud PIMENTA, 2005). A diplomacia argentina, na realidade, se colocaria contrária a uma estrutura excludente do CSNU, que privilegiasse alguns Estados.

Diante deste cenário, as forças opostas que se colocaram no âmbito do debate em relação à reforma consular impediram que se chegasse a um consenso que a viabilizasse. O UfC, o G-4 e a União Africana mantiveram-se polarizados, não abrindo mão de suas propostas. As negociações entre G-4 e UfC foram rompidas, quando aquele apresentou sua proposta (MAYORAL³ Apud PIMENTA, 2005). Sofrendo pressão, o projeto do G-4 não foi levado à votação, tendo sofrido não só oposição da UA e do UfC, como também de EUA e China. Em julho de 2005, o projeto da UA seria apresentado, sendo seguido pelo da UfC, mas também não foram levados à votação (ALVES, 2008).

3 O posicionamento dos membros permanentes sobre a reforma do CSNU e às campanhas de Brasil e Índia

Os membros permanentes do CSNU nunca se opuseram completamente a uma possível reforma no órgão, com o aumento do número de membros. Apesar disso, assumiram uma postura cautelosa acerca do tema. O principal receio apontado pelos países do P-5 seria o que se denomina a ocorrência da “abertura da caixa de Pandora”. Um número muito grande de membros no CS poderia atravancar seu funcionamento, sendo muito mais difícil a chegada a um consenso no processo deliberativo.

2 Em entrevista concedida à jornalista da BBC Brasil.

3 Em entrevista concedida à jornalista da BBC Brasil.

Ainda assim, também no início dos anos 1990, os membros permanentes passariam a considerar a inclusão de novos membros no CS, focando na contribuição financeira que países como Japão e Alemanha poderiam fornecer. Inicialmente, os EUA apoiaram discretamente a entrada do Japão (Bolton, 1992, apud Oliveira, 2005:96-97). Com a eleição de Bill Clinton, em 1993, os EUA flexibilizariam mais sua posição, passando a apoiar a entrada de Alemanha e Japão nos quadros permanentes do CSNU. Além disso, os EUA se mostrariam favoráveis à admissão de mais dois ou três novos membros permanentes dos países em desenvolvimento. Com isso, os EUA se colocaram a favor de uma expansão para no máximo 20 membros, diferentemente da Proposta Razali, a qual previa a expansão para 24 membros (Oliveira, 2005).

Em relação à candidatura brasileira, o adjunto do Departamento de Estados dos EUA, Stroke Talbott, ressaltou, em visita ao país, em 1995, que haveria apoio estadunidense somente se o Brasil obtivesse apoio regional na América Latina⁴ (Arraes, 2005:9). Em 1998, o embaixador estadunidense, Richard Holbrooke, em visita ao Brasil, enfatizaria a necessidade de o País se envolver mais nas Operações de Paz da ONU. Em 2002, o Brasil obteria apoio da Rússia, na ocasião da visita do presidente Cardoso a este país (Cardoso, 2002⁵ apud Arraes, 2005:15).

Durante o governo Lula, a diplomacia brasileira manteria a estratégia de firmação de parcerias estratégicas, de forma a obter apoio a seu pleito a uma vaga permanente no CS. Tal estratégia teve como resultado um importante apoio do Reino Unido, e a reiteração do apoio da França. Em outubro de 2003, a França reforçaria seu apoio ao Brasil e à ampla reforma do Conselho de Segurança, se colocando favorável à inclusão dos países do G-4. Desta forma, o CS ganharia maior representatividade. A França apoia a inclusão de grandes países representantes da Ásia e da América, como Índia e Brasil, bem como da África, mostrando que leva em conta o tamanho dos países em desenvolvimento e de suas capacidades para se credenciar a obter uma vaga permanente (Moraes, 2003). Com a troca de governo, as relações estreitas entre Brasil e França se mantiveram, com o presidente Sarkozy afirmando que a França continuaria apoiando o pleito brasileiro ao cargo permanente no CSNU (Lula felicita, 2007).

Além da França, o Brasil teria obtido a reafirmação do apoio russo por Putin, em 2004 (Presidente DA RÚSSIA, 2004). O Reino Unido faria um apoio mais explícito ao Brasil e à reforma consular como um todo. Assim como a França, o então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, formalizou o apoio à candidatura brasileira na Cúpula da Governança Progressista realizada na Inglaterra (Benevides, 2003). A proposta britânica é a de que o CSNU seja expandido para um total de 24 membros, incluindo a ampliação das vagas permanentes. Nesse sentido, apoiaria a inclusão dos membros do G-4, tendo o então chanceler britânico, Jack Straw, afirmado que tais países têm legitimidade para assumir as responsabilidades que um cargo permanente demanda. O Reino Unido sustenta a mesma visão da França, ao afirmar que o CSNU precisa refletir a realidade da distribuição de poder no sistema internacional da atualidade. Em relação

4 Percebe-se a relevância que os países do P-5 dão ao consenso regional para a apoio aos candidatos de continentes sub-representados no CSNU. No entanto, cabe notar que isso só ocorre na questão da vaga latino-americana. Tanto Japão como Alemanha também enfrentam forte oposição regional, sobretudo da China e da Itália, respectivamente, o que não impediu os EUA de apoiar os dois países em suas candidaturas a um assento permanente.

5 PUTIN quer país em conselho da ONU. Folha de S.Paulo, Moscou, 14 jan. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1401200204.htm>>. Acesso em: 15 dez 2012.

ao Brasil, afirma que o País tem forte representatividade na comunidade internacional e, por isso, mereceria integrar o CSNU (BACOCINA, 2006).

A China, por sua vez, tem manifestado certa simpatia em relação à ampliação do papel de Brasil e Índia no CSNU em ocasiões de encontros multilaterais, sobretudo nas reuniões do BRICS. Na primeira declaração conjunta do grupo, foi defendida a consolidação de um sistema internacional baseado em uma diplomacia multilateral, sendo necessária a reforma da ONU. Nesse aspecto, China e Rússia explicitaram apoio às aspirações de Brasil e Índia de ampliarem suas participações nos quadros das Nações Unidas (Brics estabelecem, 2008).

Já na Declaração de 2011, decorrente da reunião de cúpula dos BRICS, na qual a África do Sul passou a fazer parte do grupo, novamente houve menção à necessidade da reforma da ONU, sem contudo haver um apoio explícito à entrada de Brasil, Índia e África do Sul como membros permanentes no CSNU. Mesmo assim, exaltou-se a importância destes três países no cenário internacional:

reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representatividade de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais, e compreendem e apoiam sua aspiração de desempenhar papel mais protagônico nas Nações Unidas (BRICS, 2011).

A diplomacia brasileira, em particular, passou, a partir de 2003, a buscar um estreitamento das relações com a China. Nesse sentido, o Brasil ofereceu apoio diplomático à China ao sinalizar a intenção de reconhecer este país como uma economia de mercado, bem como ao reconhecer Honk Kong e Taiwan como territórios chineses, em 2004. A China, por sua vez, fez menção à importância da presença do Brasil, como país em desenvolvimento, nos fóruns multilaterais, mas não chegou a apoiar o pleito brasileiro ao CSNU (BRASIL E CHINA, 2004). As relações entre Brasil e China se estreitaram, tendo, em 2006, durante visita ao Brasil, o porta-voz do governo chinês, Qian Xiaotian, afirmado que seu país apoiaria o ingresso do Brasil no CSNU se este formalizasse o reconhecimento da China como economia livre de mercado (JOSÉ, 2006).

Os EUA é o membro permanente do CSNU mais reticente em relação à entrada do Brasil como novo membro permanente. Já no início de 2003, O Brasil tentou barganhar o apoio estadunidense. No primeiro encontro do chanceler Celso Amorim com o então Secretário de Estado, Colin Powell, houve menção à reforma da ONU em geral, mas sem especificar a questão da candidatura brasileira. Já no encontro entre os chefes de Estado, Lula da Silva e George W. Bush, em 2003, o presidente brasileiro abordou o pleito a uma vaga permanente. A resposta de Bush foi reticente, afirmando não estar em condições de lidar com aquele assunto naquele momento (AMORIM, 2003).

A postura estadunidense se manteve ao longo dos anos. Em 2005, o então secretário de Defesa dos EUA, Ronald Rumsfeld, declarou que o governo de seu país não havia decidido se apoiaria o Brasil. Havia certa expectativa da diplomacia brasileira em decorrência da declaração oficial de apoio dos EUA ao pleito do Japão. No entanto, o posicionamento estadunidense sobre

as propostas colocadas à mesa de negociações em relação à reforma do CSNU não foi muito positivo (Brasil minimizou, 2005).

Com a mudança de governo nos EUA, haveria um avanço no sentido de o presidente Obama declarar apoio à candidatura da Índia em visita ao país em 2010. A diplomacia brasileira recebeu esta notícia com otimismo. Como a representação em um CSNU ampliado teria de respeitar a representação continental, o chanceler Celso Amorim afirmou que o apoio dos EUA à Índia não inviabilizaria as pretensões brasileiras. Porém, na visita de Obama ao Brasil, em março de 2011, não houve menção favorável à entrada do Brasil no CSNU.

Ainda assim, em 2012, a então Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, sinalizou um importante avanço da diplomacia estadunidense. Embora não tenha explicitado um apoio formal ao Brasil, Hillary Clinton afirmou, durante a 3ª Reunião do Diálogo de Parceria Global Brasil-EUA, que seria difícil de imaginar um Conselho de Segurança que não incluísse o Brasil. Além disso, afirmou que os EUA admiram a crescente liderança do Brasil e a disposição que sua diplomacia tem explicitado na aspiração a um assento permanente no CSNU (FOREQUE, 2012). Segundo Hillary Clinton, a diplomacia dos EUA estaria de acordo com uma expansão no número de membros do CSNU para que sua estrutura passasse a refletir a atual distribuição de poder no globo (Clinton⁶ apud Brasil deve, 2012).

Já em relação à candidatura da Índia, apesar de os testes nucleares realizados, em 1998, terem sido condenados pelos membros permanentes do CSNU, observou-se uma aproximação diplomática entre EUA e Índia, o que desencadeou também uma aproximação de Rússia e China para com o país. Nesse âmbito, pôde-se observar a aproximação que a diplomacia russa lançou mão em relação à Índia, em 2004, no encontro entre os primeiros-ministros dos dois países. Na ocasião, Vladimir Putin abordou a necessidade de evitar que uma ordem unipolar se sedimentasse, sendo, para tanto, importante a formação de um eixo aliado entre Rússia, China e Índia. Nesse sentido, declarou publicamente o apoio ao pleito da Índia pela obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança (BLAGOV, 2004).

Tal apoio seria reafirmado, em 2010, quando o Ministro das Relações Exteriores russo, Andrei Nesterenko, declarou que seu país considerava a Índia um forte candidato para se tornar um membro permanente do CSNU. Esta afirmação veio logo após a declaração também favorável do presidente estadunidense. Em dezembro do mesmo ano, em encontro entre os primeiro-ministros Medvedev⁷ e Singh, houve menção do apoio russo à Índia: “the Russian Federation supports India as a deserving and strong candidate for a permanent seat in an expanded UN Security Council”⁸ (Rússia, 2010).

A França aproximou-se da Índia, em 2003, assim como do Brasil, no contexto da Guerra do Iraque (2003). Neste ano, portanto, também seria formalizado o apoio francês ao pleito indiano, declarado pelo então primeiro-ministro, Jean-Pierre Raffarin, o qual ressaltou o papel-chave que

6 Em discurso na 3ª Reunião do Diálogo de Parceria Global (DPG) Brasil-Estados Unidos, Brasília, 17 abr. 2012.

7 “He also called for the other permanent members of the UNSC – the US, France, Britain, and China – to affirm their support for India, as also all other members of the United Nations itself, as and when the UNSC reforms are carried out” (INDIA STRONG, 2010). [Ele também convidou os outros membros permanente do CSNU – EUA, França, Grã-Bretanha e China – a afirmar seus apoios para a Índia, assim como outros membros das Nações Unidas, no momento em que o CSNU for reformado].

8 “a Federação Russa apoia a Índia como merecedora e forte candidata a um assento permanente em um Conselho de Segurança da ONU expandido”.

a Índia teria a desempenhar no sistema internacional. O então presidente da França, Jacques Chirac, também fez declaração de apoio à Índia: “I am convinced that India has a growing international role to play, a role on the scale of the world’s largest democracy, that is why France has for a long time backed India’s candidacy for a seat as a permanent member of the Security Council”⁹ (CHIRAC¹⁰apudFrance backs, 2003).

Tal apoio francês seria reafirmado, em 2010, primeiramente em declaração do então presidente Nicolas Sarkozy, no CSNU. O presidente francês se alinhou às argumentações da diplomacia indiana ao afirmar ser inexplicável o fato de um país que conta com mais de um bilhão de habitantes não ter representação no CSNU. Além disso, também houve apoio francês à entrada da Índia no Grupo de Fornecedores Nucleares (*Nuclear Suppliers Group*- NSG), tendo Sarkozy afirmado ter sido sempre um defensor do fim do isolamento nuclear da Índia (France supports India’s bid for UN, 2010; France supports India for UNSC, 2010; France supports India’s bid for permanent, 2010).

Como já visto anteriormente, existe o apoio britânico à inclusão dos países do G-4 no CSNU. Em 2006, o então primeiro-ministro, Tony Blair, declarou esta posição, afirmando que a reforma deve ser realizada (Blair, 2006). Em 2008, o apoio britânico à Índia seria reiterado pelo primeiro-ministro, Gordon Brown, em evento no Instituto de Tecnologia da Índia. No entanto, o primeiro-ministro britânico deixou claro que o poder de veto não deveria ser estendido aos novos membros permanentes (BROWN¹¹ apud WOODWARD, 2008).

No que diz respeito à China, suas relações com a Índia têm oscilado, ao longo da história. Em relação ao CSNU, a Índia esperava o apoio do grande país vizinho, já que, na criação das Nações Unidas, apoiou a entrada da China como membro permanente. A contrapartida chinesa, porém, não se configurou. Apesar das reticências, observou-se uma aproximação entre os dois países, em consequência do aprofundamento da parceria estratégica entre Índia e EUA. Ao longo dos anos 2000, portanto, ocorreram alguns encontros diplomáticos. Em 2003, o primeiro-ministro, Vajpayee, fez uma visita à China, na qual alguns passos em direção ao entendimento com relação às disputas fronteiriças foram dados (PARTHASARATHY, 2003). Entretanto, a China manteve uma postura cautelosa, concordando em apenas mencionar a importância da reforma consular e da ampliação da participação dos países em desenvolvimento (MANSINGH, 2005, p. 9). Em 2005, na visita do *premier* chinês, Wen Jiabao, à Índia, esperava-se a formalização do apoio da China ao pleito indiano. No entanto, Jiabao limitou-se a afirmar a legitimidade da aspiração indiana para desempenhar um papel mais protagônico no sistema internacional (RAO, 2005).

O ano de 2010 foi particularmente importante para a Índia, a qual recebeu visitas oficiais dos cinco membros permanentes do CNSU. Em dezembro daquele ano, a Índia recebeu visita de Wen Jiabao, o qual apoiou a aspiração indiana de desempenhar um grande papel no CSNU. Naquele ano, a China já representava o principal parceiro comercial da Índia. Ainda, sobre o

9 “Estou convencido que a Índia tem um papel internacional crescente a exercer, um papel na escala da maior democracia do mundo, por isso que a França tem por um longo período apoiado a candidatura da Índia por um assento como membro permanente do Conselho de Segurança”.

10 Discurso proferido na reunião do Franco-Indian Initiatives Forum, em Paris, em 15 de outubro de 2003.

11 Discurso proferido em visita à Índia, na ocasião do evento “Promoção do empreendedorismo”, no Instituto de Tecnologia Indiano, em janeiro de 2008.

CSNU, o ministro das relações exteriores da China, Hong Lei, declarou oficialmente: “China understands India’s desire to enter the Security Council. China is willing to keep in contact with other countries, including India, and participate in negotiations on the entrance of more developing countries” (HORNBY, 2010).¹²

A China, portanto, é o único país do P-5 a não apoiar o pleito da Índia, já que, surpreendentemente, em 2010, os EUA se posicionaram de forma favorável, em visita do presidente Barack Obama ao país asiático. As relações entre estes dois países sofreram um abalo, em 1998, quando a Índia realizou dois testes nucleares. Os EUA reagiram com sanções econômicas. Porém, em 2000, o presidente Clinton, em visita à Índia, afirmou ser direito da Índia promover sua segurança, mas alertando para que se prevenisse de uma corrida armamentista. Ainda, declarou que buscaria a cooperação com a Índia no combate ao terrorismo. Nesses termos, “a visita estabeleceria as bases para nova fase de relacionamento mais amistoso e mais sólido entre os dois países” (GUIMARÃES, 2008, p. 31).

O governo Bush daria prosseguimento a tal aproximação diplomática. O Secretário de Estado deste governo, Colin Powell, já em 2001, afirmou ser favorável a dar alta prioridade a este país. Nesse novo clima de cordialidade, o governo indiano foi um dos primeiros a manifestar apoio formal à polêmica proposta do programa “antimísseis nucleares” apresentada por Bush em maio de 2001. Com a ocorrência dos ataques ao *World Trade Center*, em 2001, houve ainda maior convergência entre Índia e EUA, com aquele país oferecendo suas bases para uso de aviões estadunidenses no combate ao Talibã, grupo extremista afegão. Em paralelo a esse fato, houve a retirada das sanções econômicas que os EUA haviam imposto à Índia, em 1998 (GUIMARÃES, 2008, p. 32).

Em 2004, seria concluída a cooperação em três áreas: produtos de alta tecnologia de uso “dual”, intercâmbio na área nuclear e espacial civis e ampliação do diálogo no setor dos mísseis defensivos. Em 2005, na “nova estratégia para o Sul da Ásia”, constaria a intenção de ajudar a Índia a tornar-se uma grande potência mundial. Nesse âmbito, houve assinatura de um Acordo de Defesa com a previsão de duração por dez anos. Para os EUA, a Índia passaria a ser o grande parceiro para a contenção do terrorismo e manutenção da estabilidade naquela região (GUIMARÃES, 2008; HOFFMANN, 2010).

Ainda em 2005, seria declarada a “parceria global” entre os dois países. Na ocasião, Bush afirmou: “como Estado responsável com avançada tecnologia nuclear, a Índia deve adquirir os mesmos benefícios e vantagens que outros Estados” (GUIMARÃES, 2009). Nesse setor, portanto, a administração Bush também avança em relação ao governo Clinton, buscando modificar sua política de não-proliferação. Durante seu mandato, a Índia foi reconhecida como um Estado com armas nucleares, sendo permitida a assinatura de um protocolo adicional com a AIEA (HOFFMANN, 2010).

A cooperação entre EUA e Índia chegou ao seu ápice, em 2010, com a visita do presidente Obama à Índia. Na ocasião, houve a formalização do apoio estadunidense ao pleito indiano pela obtenção de uma vaga permanente no CSNU. Seria o terceiro país a ser apoiado pelos EUA e sendo o primeiro do nível “em desenvolvimento” (STOLBERG; YARLEY, 2010). Com isso,

¹² “A China entende o desejo da Índia de entrar no Conselho de Segurança. A China está disposta a manter-se em contato com outros países, inclusive a Índia, e participar nas negociações sobre a entrada de mais países em desenvolvimento”.

os EUA demonstram utilizar a reforma do principal órgão das ONU como um mecanismo de defesa de seus próprios interesses, já que, como se pode perceber, seu apoio tem relação com o estreitamento de suas relações com a Índia.

4 O posicionamento dos vizinhos regionais em relação ao pleito de Brasil e Índia por uma vaga permanente no Conselho de Segurança

Nesta sessão, serão analisadas as adesões que Brasil e Índia obtiveram dos países de suas regiões em relação às suas campanhas, bem como os obstáculos que têm enfrentado. Ao mesmo tempo, busca-se observar de que forma Brasil e Índia buscam consolidar suas presenças em suas regiões.

A partir de 2003, a diplomacia brasileira passou a se empenhar para consolidar uma zona de apoio na América do Sul para seu pleito ao assento permanente no CSNU. Durante o governo Lula (2003-2010), seria aprofundada a política de Estado de priorizar a integração regional. No entanto há certo receio dos países vizinhos em relação à proeminência do Brasil. Nesse âmbito, a campanha brasileira no subcontinente, que transborda para América Central e Caribe, não tem sido uma tarefa fácil, sendo os principais obstáculos vindos de Argentina, Colômbia e México.

Já no primeiro ano do governo Lula, o Brasil obteve apoio da maioria dos países sul-americanos. Em abril de 2003, o então presidente peruano, Alejandro Toledo, declarou apoio oficial ao Brasil pela disputa de uma vaga permanente no CSNU, afirmando que seu país seria bem representado pelo Brasil. Na reunião entre os presidentes dos dois países, ainda foram firmadas parcerias, como o apoio brasileiro ao investimento em infraestrutura no Peru, assim como foi dada autorização ao Peru de utilizar o SIVAM¹³ (FREIRE, 2003).

No mesmo mês, o então presidente da Bolívia, Gonzalo de Lozada, também declarou apoio ao pleito brasileiro por uma vaga permanente no CSNU. Na ocasião, houve anúncio, por parte do governo brasileiro, de que seria realizado um perdão da dívida externa boliviana com o Brasil. Além disso, também seria concedido um empréstimo de até US\$ 600 milhões, via BNDES, para obras de infraestrutura (SOLIANI; ZANINI, 2003).

Em maio de 2003, o então presidente uruguaio, Jorge Battle, defendeu a inclusão do Brasil como novo membro permanente, em encontro com o presidente Lula. Na ocasião, o governo brasileiro se comprometeu a incentivar a criação de empreendimentos conjuntos entre as empresas brasileiras e uruguaias (Uruguai, 2003). No mesmo mês, houve a declaração de apoio do Equador, a partir do então presidente Lucio Gutiérrez, que destacou a necessidade de fortalecimento do sistema multilateral, por meio do aumento da transparência de suas deliberações, bem como com um equilíbrio de membros mais equitativo no CSNU (Equador, 2003).

Em julho de 2003, seria angariado o apoio do Suriname. Em encontro de presidentes, Rinaldo Venetiaan manifestou apoio ao pleito brasileiro pela obtenção da vaga permanente. Na ocasião, ainda foram firmados acordos para o desenvolvimento de projetos para a exploração mineral do Suriname, com financiamento do BNDES, e firmou-se o compromisso para o estabelecimento de uma linha regular de navegação entre os dois países (Suriname, 2003).

¹³ Sistema brasileiro de controle das fronteiras, que visa primordialmente o combate ao tráfico de drogas.

Ainda em julho, também a Guiana consolidaria seu apoio à candidatura brasileira no encontro entre os presidentes Lula e Jagdeo que “ressaltaram, na declaração conjunta, ‘a importância da interconexão viária entre Brasil, Guiana, Suriname e o Departamento Francês da Guiana para o aumento dos fluxos comerciais no norte da América do Sul’ (Guiana, 2003).

Observa-se que, ainda no primeiro ano do governo Lula, a diplomacia brasileira só não conseguiu o apoio a sua candidatura a membro permanente de Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. Em 2004, em encontro entre Lula da Silva e Ricardo Lagos, então presidente chileno, houve convergência na necessidade de reforma da ONU. Em relação ao Brasil, Lagos reconheceu a legitimidade da aspiração brasileira à vaga permanente do CSNU, embora não tenha declarado um apoio explícito ao pleito (TORTORIELLO, 2004). No governo de Michelle Bachelet, o Chile manteria uma postura reticente, embora um pouco mais positiva em relação ao pleito brasileiro. A presidente afirmou, após encontro com o então presidente Lula, em 2006, que via favoravelmente a candidatura brasileira. Em 2010, seria consolidado o apoio do Chile ao Brasil, no discurso do presidente chileno, Sebastián Piñera, na sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU:

Estas reformas, señores delegados, requieren modernizar el Consejo de Seguridad, de manera de hacerlo más plural, más representativo de la nueva realidad del mundo, para lo cual *reiteramos nuestro llamado de apoyo a incorporar a nuevos países que están emergiendo, como es el caso de Brasil, en nuestro Continente* (PINERA, 2010, grifo nosso).¹⁴

A Venezuela sinalizou apoio ao pleito brasileiro, em 2011, com a declaração explícita do presidente Hugo Chávez na ocasião de sua visita a Brasília: “a Venezuela apoia de maneira incondicional o ingresso do Brasil como membro permanente no CSNU. É a melhor maneira de romper a hegemonia que é permitida aos EUA” (Chávez apud Giraldi, 2011). Além disso, a adesão ao pleito brasileiro ultrapassou a fronteira do subcontinente. Entre 2003 e 2004, o Brasil obteria apoio de Cuba, El Salvador, Guatemala, Jamaica e República Dominicana (Cuba, El Salvador, Faggiani, Jamaica, Brasil tem, 2003-2004).

Percebe-se que a diplomacia brasileira se engajou no aumento das relações econômicas com os países sul-americanos, ao mesmo tempo em que buscou tecer um rol de alianças diplomáticas que consubstanciase o apoio para sua candidatura como membro permanente no CSNU. Embora tenha conseguido apoio de dez dos doze países da América do Sul, o Brasil não obteve apoio de dois importantes países, Argentina e Colômbia.

A busca da diplomacia brasileira pela adesão a seu projeto integracionista também pode ser percebida no engajamento brasileiro na participação e liderança da Operação de Paz para estabilização do Haiti, denominada MINUSTAH. Tal participação, inclusive, é vista como um dos maiores expoentes do Brasil na tentativa de mostrar-se ativo internacionalmente a ponto de merecer uma vaga permanente no Conselho de Segurança. Para obter um exercício central na MINUSTAH, a diplomacia brasileira teve de buscar uma articulação com outros países da região que também se dispusessem a enviar tropas ou que não estivessem convictos da intervenção

¹⁴ “Estas reformas, señores delegados, requieren modernizar o Conselho de Segurança, de maneira a torná-lo mais plural, mais representativo da nova realidade do mundo, para o que reiteramos nosso apoio à incorporação de novos países que estão emergindo, como é o caso do Brasil, no nosso continente”.

da ONU no Haiti: “por meio desses contatos, evitava-se que, dentro da própria região, surgissem focos de resistência política que acabariam deslegitimando a atuação das Nações Unidas” (UZIEL, 2010, p. 179).

Por meio dessa aproximação com os demais países latino-americanos em torno da MINUSTAH, o engajamento brasileiro foi ganhando relevância, ao mesmo tempo em que a inserção dos EUA nesse tema foi perdendo força. Ao longo das negociações em torno da Operação de Paz, notou-se uma certa divergência de estratégias de inserção: de um lado EUA, França e Canadá defendiam uma abordagem mais militarista, enquanto o Brasil juntamente com o Chile indicavam a necessidade de incluir elementos tais como a promoção do desenvolvimento:

Nesse sentido, a atuação brasileira permitiu a inclusão de diversos elementos no mandato da MINUSTAH, que seriam expandidos nos anos seguintes, tais como: 1) compromisso explícito com um engajamento internacional de longo prazo, inclusive em cooperação com a OEA e a CARICOM; 2) inserção de referências a *peacebuilding*, apesar de resistências dos EUA a atribuir essas tarefas a missões de paz; 3) sinalização de que o mandato inicial de seis meses seria renovado pelo Conselho; 4) apoio ao Haiti na formulação e execução de estratégias de desenvolvimento econômico e combate à pobreza; 5) elevação das funções humanitárias e de fortalecimento das instituições ao mesmo nível das tarefas militares; 6) cooperação com as instituições financeiras internacionais e comunidade de doadores (UZIEL, 2010, p. 180).

Assim como a diplomacia brasileira, a Índia realizou, principalmente ao longo dos anos 2000, um intenso esforço diplomático para obter o apoio dos países vizinhos. A situação da Índia parece ser um pouco mais complexa do que a brasileira, neste aspecto, pois as relações entre Índia e Paquistão se mostram tensas, ao contrário do que ocorre nas relações entre Brasil e Argentina.

A Índia é o país predominante na região da Ásia do Sul, havendo uma evidente assimetria, já observada nos anos 1990, quando a Índia representava 74% da população de sua região e 76% do PNB. Nos governos de Indira Gandhi (1966-1977; 1980-1984), criou-se a percepção de que a faixa territorial dos países vizinhos fazia parte da zona de influência da Índia. Logo, os problemas domésticos que, eventualmente, surgissem na região deveriam contar exclusivamente com o apoio da Índia. Assim, a possibilidade de intervenções de Estados de fora da região era terminantemente afastada (WAGNER, 2005, p. 03).

A partir dos anos 1990, a política externa indiana para a região da Ásia do Sul sofreria uma mudança sensível, passando a adotar uma estratégia mais calcada no *soft power*. Durante o governo de Gujral (1997-1998), houve a introdução do princípio de não reciprocidade com os vizinhos regionais, ou seja, a Índia arcaria com um custo maior para a promoção da integração regional. A partir do governo de Singh, em 2004, lançou-se mão de iniciativas que promovessem o aumento das relações econômicas com os países vizinhos (WAGNER, 2005, p. 03).

Com esta estratégia de firmar parcerias em seu entorno regional, a Índia buscou consolidar apoio para sua candidatura ao CSNU. Em relação ao Bangladesh, cabe ressaltar que a Índia não buscou uma política expansionista de poder. Após a guerra contra o Paquistão, em 1971, em vez de ocupar o Paquistão do Leste, favoreceu a criação do novo Estado do Bangladesh, tendo sido

firmado um acordo de amizade, no qual foi selado o direito de a Índia interferir nas políticas externa e de segurança do novo país. O governo do General Zia ur Rahman, a partir de 1975, buscou diminuir a influência indiana, por meio da aproximação com China e países ocidentais. O restabelecimento do regime democrático, na década de 1990, reaproximou os dois países (WAGNER, 2005, p. 05).

No início de 2010, o governo indiano conseguiu uma importante aproximação diplomática com o Bangladesh, ao se chegar a um acordo fronteiriço. O encontro entre os primeiros-ministros Singh e Hasina ainda rendeu o compromisso de estreitamento nas relações comerciais e financeiras. Além disso, Sheikh Hasina expressou o apoio de seu país ao pleito indiano a uma vaga permanente no CSNU. A Índia ofereceu uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para o Bangladesh utilizar em projetos de desenvolvimento (INDIA STRONG, 2011).

As relações da Índia com o Sri Lanka têm-se dado de forma semelhante às relações com o Bangladesh. Durante décadas, a Índia interveio militarmente no país, ocorrendo uma mudança, a partir dos anos 1990. Durante o governo liderado pelo BJP, passou-se a permitir a mediação de países de fora da região. Por outro lado, notou-se que o foco para a relação bilateral se deu no aumento das relações econômicas, havendo atividades comuns entre Sri Lanka e Índia no âmbito da SAARC, assim como um Acordo de Livre Comércio foi firmado em 1998 (WAGNER, 2005, p_04).

Já no governo seguinte, de Vajpayee (1998-2004), as relações entre os dois países tiveram maior estreitamento, com a Índia buscando apoiar a integridade territorial da ilha vizinha. Em 2003, iniciou-se uma cooperação bilateral em defesa, o que levou à realização de exercícios marítimos conjuntos em 2004 (WAGNER, 2005, p. 4). A aproximação entre Sri Lanka e Índia, nos anos 2000, resultou também no discurso da Assembleia Geral, em 2009, do primeiro-ministro Wickramanayaka, o qual afirmou que a reforma da ONU e do CSNU deveria ter alta prioridade. Já em 2011, em visita do Ministro das Relações Exteriores à Índia, o Sri Lanka reiterou seu forte apoio à aspiração da Índia por uma vaga permanente no CSNU (Sri Lanka, 2011).

Em relação aos reinados do Himalaia, a Índia apresentou um tipo de estratégia mais hegemônica ao longo da história. Logo após o processo de descolonização, houve a assinatura de tratados com Butão (1949), Nepal (1950) e a província de Sikkim (1950), os quais cerceavam suas relações exteriores¹⁵. Apesar de aparentar ser a política indiana de dominação, cabe ressaltar que, da parte do Butão, houve uma busca pelo estreitamento de relações com a Índia como forma de manter sua soberania territorial. Além disso, o Butão buscava aproveitar as relações com o grande vizinho para promover seu desenvolvimento (CHODEN, 2011, p. 297-302; WAGNER, 2005, p. 05). Em 1961, foram iniciados os Planos Quinquenais de Investimento, totalmente financiado pelo governo indiano. Os planos se mantiveram ao longo das décadas, com a Índia se perpetuando como maior investidor no Butão (CHODEN, 2011, p. 297-302). Em relação à reforma do CSNU, no final de 2011, o Butão formalizou seu apoio ao pleito indiano. Em evento oficial, o primeiro-ministro, Jigmi Y Thinley, afirmou ser obrigação a Índia estar entre os Estados que definem a agenda global. Portanto o Butão apoiaria o direito

¹⁵ A manutenção da soberania destes Estados é importante para a Índia, na medida em que servem como Estados-tampão, separando-a do grande vizinho chinês.

incontestável de a Índia obter um assento permanente. O primeiro-ministro do Butão ressaltou o tamanho da população indiana como elemento que a credenciaria para obter um assento permanente, além de apresentar uma poderosa economia (INDIA MUST, 2011).

Da mesma forma, a Índia controlou as relações exteriores do Nepal, nos anos 1950. A dependência econômica em relação à Índia, assim como a preocupação com a segurança fizeram com que o Nepal aceitasse essa influência. Em 1991, o Nepal passou para o regime democrático; a nova Constituição buscou afastar a influência indiana sofrida nas décadas anteriores. No entanto, a Índia buscou estreitar as relações econômicas com o Nepal, de forma a favorecer mais o pequeno país e ganhar sua confiança. Ainda assim, houve certa resistência em relação ao estreitamento das relações econômicas. A Índia também modificou sua forma de se relacionar com o Nepal, a partir dos anos 1990, não intervindo diretamente em situações de conflito interno. Limitou-se, portanto, a fornecer armamento, inteligência tecnológica e treinamento para forças de segurança do governo nepalês (WAGNER, 2005, p. 06).

Em 2007, a Índia conseguiu o importante apoio do Nepal, após este ter passado por um golpe de Estado, em 2006. O golpe foi dado pelo rei Gyanendra, enquanto a Índia apoiou os partidos políticos nepaleses. Com um pouco mais de um ano de governo, uma revolta popular conseguiu retirar o regime real do poder, assumindo o governo os partidos de oposição apoiados pelo governo indiano. O novo governo multipartidário consolidou o apoio ao pleito indiano ao assento permanente no CSNU, assim como aos demais membros do G-4 (CHODEN, 2011, p. 297-302).

A Índia também conseguiu construir o apoio diplomático da República das Maldivas. Estado institucionalmente fraco, as Maldivas têm contado com o apoio da Índia para promover seu desenvolvimento socioeconômico e construir a estabilidade política. Em 2008, na 15ª Reunião da SAARC, o presidente das Maldivas, Gayyoom, em encontro com o primeiro-ministro indiano, Singh, apoiou o pleito indiano por uma vaga permanente no CNSU (REPUBLIC OF MALDIVES, 2008).

Percebe-se, portanto, que Brasil e Índia buscaram construir uma rede de alianças em seu entorno regional, angariando o apoio diplomático para seus pleitos a um assento permanente no CSNU. Nota-se que tal apoio foi obtido por meio de concessões em outras frentes, principalmente econômicas, a estes países, os quais, muitas vezes, dependem do grande mercado de Brasil e Índia em suas respectivas regiões, bem como de seus investimentos. Por outro lado, cabe ressaltar que segue existindo forte oposição dos maiores países em cada região, os quais não aceitam a ideia de Brasil e Índia obterem assentos permanentes no CSNU.

5 Conclusão

A partir do fim da Guerra Fria, o sistema internacional iniciou uma fase de transição, o que englobou as Nações Unidas. Ao mesmo tempo em que o CSNU foi destravado dos, até então, constantes vetos de EUA e URSS, a pressão por uma mudança de sua estruturação aumentou e se sustentou no rol de debates até o presente. Embora tenham surgido grupos de pressão com propostas díspares, há o denominador comum entre os países que demandam a reforma, que

coloca o aumento da eficiência e da legitimidade das ações do CSNU como variável dependente do aumento de sua representatividade.

Entre as propostas que ganharam maior relevo, em relação à expansão do número de membros do CSNU, ganharam destaque a Proposta Razali (1997) e a Proposta de Koffi Annan (2005). Estas, porém, encontram dificuldades tanto em alguns membros permanentes como em alguns grupos de pressão consolidados em torno deste tema. Tanto os EUA como a China argumentam que uma expansão muito grande no número de membros do CSNU tornaria mais difícil a tomada de decisões, já que estas se baseiam no consenso. Por este motivo, rejeitaram a Proposta Razali e a de Koffi Annan. Durante as deliberações em torno da proposta Razali, também foi se consolidando o grupo Unidos pelo Consenso, que a rejeitou por se mostrar contrário à expansão do número de assentos permanentes.

Diante de tais divergências, há mais de duas décadas a reforma do CSNU tem sido discutida sem ter-se chegado perto de sua realização. Em 2005, houve forte polarização dos principais grupos de pressão, G-4, UfC e União Africana. O UfC tem como característica se opor ao pleito conjunto do G-4. Denunciando uma política de poder camuflada pela argumentação de democratização do CSNU, o UfC faz a crítica de que as novas vagas permanentes só dariam novos poderes a alguns países em detrimento de outros, aumentando as assimetrias já existentes nas regiões do globo. Por outro lado, Brasil e Índia defendem que, caso obtivessem a vaga permanente, se tornariam os representantes dos interesses dos países de suas regiões. Assim, o G-4 não alcançou um acordo com os países do UfC, nem conseguiu construir o apoio da União Africana, a qual não abriria mão de que os novos membros permanentes tivessem o poder de veto.

O argumento do UfC de que a decisão da reforma deve ser tomada por consenso, no âmbito das Nações Unidas, é realista no sentido de que, se quaisquer das propostas dos grupos de pressão fossem levadas à votação, poderia haver incidentes diplomáticos graves nas diversas regiões do sistema internacional. Os EUA, apesar de não endossarem a proposta do G-4, mantêm o apoio formal ao Japão e à Índia, já tendo apoiado, nos anos 1990, também a Alemanha. Já a China se coloca contrária ao G-4 por não aceitar a possibilidade de o Japão se tornar um membro permanente. Os demais países do P-5, França, Reino Unido e Rússia já realizaram apoios formais a Índia e Brasil, com os dois primeiros endossando a proposta do G-4.

Da parte dos EUA, nota-se que a formalização de seu apoio à candidatura indiana, em 2010, veio em um momento de consolidação de uma parceria estratégica desenhada desde o fim da década de 1990. A Índia passou de Estado violador do regime de não proliferação para um grande aliado dos EUA no sul da Ásia no combate ao terrorismo. Portanto, apesar de a Índia realmente se credenciar como um Estado proeminente no sistema internacional, percebe-se que o apoio estadunidense veio na esteira de sua aproximação diplomática com a Índia.

Da mesma forma, nota-se que a diplomacia estadunidense, que inicialmente manteve-se reticente em relação à candidatura do Brasil, vem lentamente se flexibilizando. Ainda assim, não há a mesma parceria em setores estratégicos como ocorre com relação à Índia. Nesse sentido, apesar da tentativa da diplomacia brasileira de angariar o apoio dos EUA, não houve sua consolidação.

Porém deve-se levar também em consideração que Brasil e Índia são dois países cujas diplomacias se engajaram fortemente para a obtenção de um *status* mais proeminente no sistema internacional. Suas diplomacias conseguiram construir o apoio diplomático de grande parte de seus países vizinhos. Apesar disso, Brasil e Índia ainda enfrentam forte oposição regional de alguns países em suas regiões. Nesse âmbito, nota-se que os membros do UfC lançam uma proposta que não visualiza o aumento do número de vagas permanentes, dentre outros motivos, em decorrência da percepção de que suas capacidades estão aquém em relação aos países do G-4.

Assim, a hipótese primordial e secundária se confirmam em parte. Tanto os EUA como todos os países que se colocam em torno do debate da reforma da ONU, como visto, buscam pragmaticamente defender ideais que vão ao encontro de seus próprios interesses. No entanto, a evolução das posições de Brasil e Índia, que apresentaram crescimento socioeconômico, a consolidação de regimes democráticos estáveis e de projetos de integração em seus entornos regionais, demonstra ser mais importante para sua aspiração à vaga permanente a obtenção do apoio de outros países. Apesar das notórias diferenças de estratégia e de inserção, como, por exemplo, a ênfase da Índia em investimento no *hardpower*, na promoção de uma integração regional mais dominadora, enquanto o Brasil adota uma postura diplomática calcada no diálogo e na construção de consensos, sendo o princípio da não intervenção respeitado em sua política externa, nota-se que há maiores semelhanças do que diferenças em suas inserções. Como potências emergentes, Brasil e Índia já demonstram ter a capacidade para atuar tanto regional como globalmente. Infere-se, portanto, que estes dois países estão próximos de obter a vaga permanente em um Conselho de Segurança, se a tão discutida reforma ocorrer num futuro próximo.

Referências bibliográficas

AFRICAN UNION. 2005. Ezulwini Consensus (Common African Position on the Proposed Reform of the United Nations). *Ezulwini*. Disponível em: <<http://www.cfr.org/africa/common-african-position-proposed-reform-united-nations-ezulwini-consensus/p25444>>. Acesso em: 29 out. 2012.

ALVES, Fábio Simão. 2008. Dança das Cadeiras – A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Juca 02 A Revista dos alunos do Instituto Rio Branco*, Brasília, Ano 2, p. 68-74. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Jucalrbr/pt-br/file/Edi%C3%A7%C3%B5es/Juca_n2_baixa.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

ARRAES, Virgílio. 2005. O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas*, vol 2. São Paulo: Saraiva. p. 7-41.

BACOCINA, Denize. 2006. CS sem Brasil 'não faz sentido', diz Grã-Bretanha. *BBC Brasil*, São Paulo. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060704_beckett_cs_bacoccina.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BENEVIDES, Cassuça. 2003. Blair apoia entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. *BBC Brasil*, São Paulo. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/07/030714_amorimeuacb.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2012.

- BLAGOV, Sergei. 2004. Putin's push for a strategic triangle. *Asia Times Online*, Honk Kong. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/FL08Ag02.html>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- BOLTON, John. Palestra realizada durante Reunião Anual da *American Society of International Law*. 03 abr. 1992.
- BRASIL E CHINA trocam moedas diplomáticas. 2004. *Montevidéo*: Universidad de La República. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- BRASIL DEVE ter vaga no Conselho de Segurança. 2012. *O Globo*, Brasília. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/brasil-deve-ter-vaga-no-conselho-de-seguranca-diz-hillary-4665398>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- BRASIL MINIMIZOU proposta dos EUA de expansão limitada do CS. 2005. *Montevidéo*: Universidad de La República. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- BRASIL TEM apoio da República Dominicana para o Conselho de Segurança da ONU. 2003. *Agência Brasil*, Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-11-18/brasil-tem-apoio-da-republica-dominicana-para-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- BRICS. Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICS. 2011. *China*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>> Acesso em: 03 jul. 2012.
- BRICS ESTABELECEM parceria estratégica. 2008. *Montevidéo*: Universidad de La República. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- BRIGIDO, Eliane V. 2010. *O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para obtenção de um assento permanente*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2010.
- CHODEN, Tashi. 2011. Indo-Bhutan Relations Recent Trends. In: VISWESWARAN, Kamala. *Perspectives on Modern South Asia – a Reader in Culture, History and Representation*. Chennai: Wiley-Blackwell, p. 112-128. Disponível em: <<http://www.dspace.cam.ac.uk/handle/1810/227038>>. Acesso em: 10 dez 2012.
- CUBA apóia o Brasil no Conselho de Segurança. 2005. *DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/cuba-apoia--o-brasil-no-conselho-de-seguranca-id47998.html>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- EL SALVADOR apoia Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 2007. *Terra*, São Paulo. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,011950128-EI306,00-EI+Salvador+apoia+Brasil+no+Conselho+de+Seguranca+da+ONU.html>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- EQUADOR apoia Brasil para membro do Conselho de Segurança da ONU. 2003. *Folha de S.Paulo*, Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u57175.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- EUA RECHAÇAM proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU. 2005. *Montevidéo*: Universidad de La República. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- FAGGIANI, Nádia. 2004. “Guatemala apoia assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU”. *Agência Brasil*, Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2004-04-23/guatemala-apoia-assento-permanente-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

- FRANCE BACKS India's bid for UN seat.2003.*The Tribune*, Chandigarh.Disponível em: <<http://www.tribuneindia.com/2003/20031016/world.htm#3>>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- FRANCE SUPPORTS INDIA'S BID FOR UN Security Council seat. 2010. *Netindian News Network*, New Delhi. Disponível em: <<http://netindian.in/news/2010/04/14/0006161/france-supports-indias-bid-un-security-council-seat>>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- FRANCE SUPPORTS INDIA FOR UNSC seat: Sarkozy. 2010. *Oneindiasnews*, Bagalore. Disponível em: <<http://news.oneindia.in/2010/12/04/france-supports-india-for-uns-council-seat-sarkozy.html>>. Acesso em: 14 ago. 2010.
- FREIRE, Felipe. 2003. "Toledo apoia Brasil para vaga no Conselho de Segurança da ONU". *FolhaOnline*, Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u55028.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- G-4. 2007. Comunicado conjunto de imprensa do G-4. In: *O G-4 e as Nações Unidas – textos, comunicados e documentos*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão, p. 21-24.
- GIRALDI, Renata. 2011. "Chávez defende vaga permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU". *Agência Brasil*, Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-06-06/chavez-defende-vaga-permanente-para-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 12 dez 2012.
- GUIANA apoia participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 2003. *Agência Brasil*, Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-07-31/guiana-apoia-participacao-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- GUIMARÃES, Lytton L. 2008. Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS. In: *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional "O Brasil no mundo que vem aí" – III CNPEPI Conferência Índia*. Brasília, FUNAG.
- HOFFMANN, Steven A. 2010. "Change in India-US Diplomatic – An Interim Report". *Institute for Defense Studies and Analyses*, New Delhi, v. 110, n. 10, p. 1-40. Disponível em: <http://www.idsa.in/system/files/OP_India-USDiplomaticPractices.pdf>. Acesso em: 10 dez 2012.
- HORNBY, Lucy. 2010. "China says understands India Security Council desire". Reuters, Beijing. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/2010/11/09/idINIndia-52769320101109>>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- INDIA MUST get permanente UN Seat: Bhutan. 2011. *Outlookindia.com*, New Delhi. Disponível em: <<http://news.outlookindia.com/items.aspx?artid=745036>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- INDIA STRONG candidate for permanent UNSC membership: Russia. 2011. *Thaindian News*, Bangkok. Disponível em: <http://www.thaindian.com/ewsportal/world-news/india-strong-candidate-for-permanent-uns-council-membership-russia_100584468.html>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- JAMAICA sinaliza apoio ao Brasil na reformulação do Conselho de Segurança da ONU. 2005. *Agência Brasil*, Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-11-01/jamaica-sinaliza-apoio-ao-brasil-na-reformulacao-do-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- JOSÉ Alencar visitou a China. Montevideu: Universidad de La República. 2003. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- LULA FELICITA Sarkozy, que reitera seu apoio ao Brasil na ONU. 2007. *Montevideu*: Universidad de La República. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

MANSINGH, Surjit. 2003. "India-China Relations in the Context of Vajpayee's 2003 Visit". *The Sigur Center Asia Papers*, Washington D.C. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~sigur/assets/docs/scap/SCAP21-Mansingh.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MORAES, Márcio Senne. 2003. França quer vaga permanente no CS para o Brasil. *Folha de S.Paulo*, Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u64700.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

OLIVEIRA, Daniel França. 2005. A Política Externa do Brasil nas Questões de Ampliação do Conselho de Segurança da ONU (1989-2005). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

PAK PLAYS spoilsport, opposes Indias's bid. 2004. *The Economic Times*, New Delhi. Disponível em: <http://articles.economictimes.indiatimes.com/2004-09-21/news/27374565_1_permanent-seat-unsc-permanent-members>. Acesso em: 10 dez. 2012.

PAK SULKS as Obama supports India's UNSC BID. 2010. *The Times of India*, Mumbai. Disponível em: <<http://www.timesnow.tv/Pak-sulks-as-Obama-supports-Indias-UNSC-bid/articleshow/4357862.cms>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PARTHASARATHY, G. 2003. "Vajpayee visit – Foreign policy lessons from China". *The Hindu*, New Delhi. Disponível em: <<http://www.thehindubusinessline.in/2003/07/18/stories/2003071800030800.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PATRIOTA, Antonio. 2007. Apresentação. In: *O G-4 e as Nações Unidas – textos, comunicados e documentos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. p. 11-20.

PIMENTA, Angela. 2005. "Argentina descarta acordo com o Brasil sobre a reforma da ONU". *BBC Brasil*, Nova York. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/printable/050609_angelaba.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PRESIDENTE DA RÚSSIA visitou o Brasil. 2004. *Montevideú*: Universidad de La República. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

PUTIN quer país em conselho da ONU. 2002. *Folha de S.Paulo*, Moscou. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1401200204.htm>>. Acesso em: 15 dez 2012.

RAO, M Rama. 2005. Wenjiabao 'disappoints' India where it matters most - UNSC membership. *Asian Tribune*, Hallstavik. Disponível em: <<http://www.asiantribune.com/news/2005/04/13/wen-jiabao%E2%80%98disappoints%E2%80%99-india-where-it-matters-most-unsc-membership>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

REPUBLIC OF MALDIVES. 2008. "Prime Minister Manmohan Singh says future generations of Maldivians will be grateful for the massive reforms that President Gayyoom is introducing. Malé". Disponível: <http://www.maldivesinfo.gov.mv/home/files/bulletinx_det.php?id_news=1030>. Acesso em: 09 out. 2012.

RUSSIA supports India Security Council seat quest, seals agreement. 2010. *Today's Zaman*, Istanbul. Disponível em: <<http://www.todayzaman.com/news-230329-russia-supports-india-security-council-seat-quest-seals-agreements.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

PIÑERA, Sebastian. 2010. "Presidente Piñera en su primera intervención ante la Asamblea General de la ONU. Gobierno de Chile". Disponível em: <<http://www.gobiernodechile.cl/destacados/2010/09/23/presidente-pinera-en-su-primera-intervencion-ante-la-asamblea-general-de-la-onu-nos-sentimo.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SOARES, João Clemente Baena. 2009. Breves considerações sobre a reforma da ONU. In: *Reforma da ONU. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão*, p. 7-26. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0790.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. 2009. Notas sobre a reforma da ONU e o Brasil. In: *Reforma da ONU. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão*, p. 269-304. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0790.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SOLIANI, André; ZANINI, Fábio. 2003. "Lula se compromete com o perdão da dívida da Bolívia". *Folha de S.Paulo*, Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u66446.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

SRI LANKA backs India's bid for UN security council. 2004. *OutlookIndia.com*, New Delhi. Disponível em: <<http://news.outlookindia.com/items.aspx?artid=250793>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

STOLBERG, Sheryl G.; YARDLEY, Jim. 2010. "Countering China, Obama Backs India for U.N. Council". *The New York Times*, New York. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/11/09/world/asia/09prexy.html?_r=1>. Acesso em: 14 ago. 2010.

SURINAME apoia Brasil como memebro permanente do Conselho de Segurança da ONU. 2003. *Agência Brasília*, Brasília. Disponível em: <<http://agregario.com/suriname-apoia-brasil-como-membro-permanente-do-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

TORTORIELLO, Alexandre. 2004. Presidente do Chile e Lula defendem reforma da ONU. *BBC Brasil*, Santiago. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/abc/ult272u34551.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

URUGUAI apoia Brasil no Conselho de Segurança. 2003. *Terra*, São Paulo. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,01106210-E11194,00-Uruguai+apoia+Brasil+no+Conselho+de+Seguranca.html>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

UZIEL, Eduardo. O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção de Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2010.

WAGNER, Christian. 2005. From Hard Power to Soft Power? Ideas, Interaction, Institutions, and Images in India's South Asia Policy. *Heidelberg Papers in South Asian and Comparative Politics*, Heidelberg, v. 26, (Working Paper, 5). Disponível em: <<http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/volltextserver/5436/>>. Acesso em: 10 dez 2012.

WOODWARD, Will. 2008. "An idea whose time has come": Brown backs UN security council seat for India. *The Guardian*, London. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/politics/2008/jan/21/india.wto>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

Recebido em: 12 jun. 2014
Aprovado em: 01 out. 2014